

**8º. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
26 A 30 DE JULHO DE 2021
Área temática: Instituições e Regimes Internacionais**

As associações internacionais de partidos políticos na “onda rosa” da América Latina: conexões externas nas transformações das políticas domésticas?

Augusto Neftali Corte de Oliveira (PUCRS)

Teresa Cristina Schneider Marques (PUCRS)

Felipe Rocha de Carvalho (PUCRS)

Resumo

A comunicação investiga cinco associações internacionais de partidos políticos que operaram durante a onda rosa da América Latina. Os partidos são considerados atores do plano interno, com relevância nas inovações políticas entabuladas pelos governos nacionais. No período de interesse, reporta-se que a eleição de partidos pós-neoliberais realizou um impacto sobre a política doméstica e externa dos países latino-americanos. As associações internacionais podem fornecer uma abertura para compreensão da atuação transnacional de partidos que não apenas agiram no centro da onda rosa (como os do Foro de São Paulo), mas que resistiram a ela. Para investigar esta possibilidade, identificou-se a filiação internacional dos partidos com candidaturas presidenciais em 16 países da América Latina, entre 2000 e 2015. Por meio de análise de conteúdo, foram identificadas as proposições de política pública e a posição ideológica de cerca de 150 programas de governo. Uma contribuição específica da comunicação é revelar que a filiação internacional operou como um identificador ideológico coerente dos partidos e das diretrizes de política pública expressas nas disputas presidenciais.

Palavras-chave: Partidos políticos; associações internacionais; ideologia; eleições presidenciais; América Latina.

Introdução

A atuação na esfera internacional dos partidos brasileiros, embora tenha ocupado um espaço na discussão política pública nacional, tem recebido escassa atenção acadêmica. Esta ausência de problematização talvez esteja associada à má compreensão ou à ampla difusão do emprego de uma associação internacional de partidos – o Foro de São Paulo – no debate político brasileiro, com elevada incidência de desinformação. De acordo com Débora Messenberg (2017, p. 636), na visão dos novos movimentos de direita do Brasil o Foro de São Paulo “assume – particularmente nos discursos de Olavo de Carvalho, Beatriz Kicis, Marcelo Reis e Bolsonaro – a hipérbole retórica da “personificação do Mal”, a qual se aproxima de forma característica aos delírios de perseguição.” Paolo Demuru (2021, p. 247) indica que a extrema direita brasileira utilizou o Foro de São Paulo para desenvolver a noção da existência de um plano de domínio político e catástrofe socioeconômica na América Latina, interpretação essa articulada pelo presidente Jair Bolsonaro no contexto da eleição presidencial argentina de 2019.

O esforço acadêmico dedicado à compreensão da atuação internacional dos partidos políticos brasileiros e latino-americanos está em um estágio embrionário. Algumas contribuições específicas sobre o Foro de São Paulo podem ser destacadas, dentre recentes artigos, comunicações em eventos e teses: Franco (2020), Kostiuk (2019), Ayerve (2019),

Novichkova (2019), Melo (2016), Ruivo, Almeida e Toledo (2016), Nafalski (2011, 2012). As abordagens estão voltadas ao papel das conexões internacionais dos partidos sobre a visão ideológica ou pragmática das agremiações e para seu reflexo posterior na política pública dos governos dos quais participam, especialmente na política externa.

Em relação ao conjunto de associações internacionais de partidos em funcionamento na América Latina, a produção acadêmica parece ser lacunosa. Já no âmbito da literatura internacional, a temática é intensamente explorada em relação à experiência da União Europeia, por conta de instituições como o Parlamento Europeu e os partidos transnacionais europeus (Neto, 2013). De forma mais ampla, sem focar em associações, Onuku, Ribeiro e Oliveira (2009), para Argentina e Chile, e Lopes e Silva (2015), para Brasil e Uruguai, observam que em âmbito parlamentar os partidos políticos demonstram certa coerência ideológica em torno de grupos com visões programáticas transnacionais.

A presente pesquisa busca contribuir para o desenvolvimento do tema das associações partidárias internacionais na agenda de pesquisa das Relações Internacionais. Seu interesse empírico encontra-se na América Latina do período recente (2000-2015) e em cinco associações em operação no continente: o Foro de São Paulo (FSP), a Internacional Socialista (IS), a Organização Democrata Cristã da América (ODCA), a União de Partidos Latinomericanos (UPLA) e a Internacional Liberal (IL). Objetivamente, esta pesquisa busca identificar se o pertencimento a uma determinada associação internacional de partidos políticos opera como um identificador ideológico ou programático dos partidos políticos nacionais na América Latina.

A existência de uma inflexão ideológica para a esquerda ou pós-neoliberal na política doméstica de diferentes países da América Latina no período de interesse está bem demarcada pela literatura especializada (Ruckert, MacDonald e Proulx, 2017). Apreendido como uma resposta crítica ao neoliberalismo, essas transformações políticas por via eleitoral foram englobadas sob o título de “onda rosa” da América Latina. Em um esforço de pesquisa anterior (Oliveira, 2020), foi possível apresentar a visão de que a emergência deste movimento político-ideológico efetivamente implicou em uma dissociação com as proposições políticas do Consenso de Washington.

Do ponto de vista teórico, analisamos tais associações a partir das reflexões de “redes partidárias transnacionais”, um debate voltado sobretudo para o caso dos partidos europeus (Wolkenstein, 2020). Todavia, em um cenário marcado por um baixo nível de institucionalização da ação política além-fronteiras, cabe perguntar em que medida as associações internacionais de partidos políticos fornecem um elemento de ligação ou estruturação entre as experiências político-eleitorais dos países que vivenciaram a onda rosa da América Latina? As associações internacionais de partidos políticos ideologicamente

opostas à visão pós-neoliberal podem ser consideradas um fator favorável à manutenção do neoliberalismo na pauta política da América Latina? Em tese, a coerência ideológica entre os partidos que participam de uma mesma associação internacional – em diferentes países da América Latina – fornece um indicador para situar a relevância das conexões internacionais entre as agremiações políticas nacionais.

2. Política em múltiplos níveis e redes partidárias transnacionais

Na perspectiva teórica, parte-se da visão do Sistema Internacional enquanto espaço de atuação de agentes além do Estado, em consonância com o pensamento de autores do neo-institucionalismo tais como Roberto Keohane e Joseph Nye (1971) e do construtivismo, como Wendt (1992) e Finnemore (1996). São consideradas agentes todas as entidades que atuam de alguma forma no contexto do Sistema Internacional e cuja ação possui impacto nesse sistema. Assim, podem ser consideradas as relações existentes entre partidos políticos de diferentes países como influentes no cenário internacional.

Para a realização da análise de partidos no cenário internacional, torna-se relevante a discussão os múltiplos níveis da política e da governança. Durante grande parte do século XX, a política externa era tida como o campo referente a questões com maior sensibilidade política, como segurança, defesa e a própria sobrevivência do Estado. A política doméstica, por sua vez, teria a função de tratar de assuntos ligados à segurança humana e social (Silva 2017). Dessa maneira, era defendido que a política externa de um país começava onde a política doméstica terminava (Milani e Pinheiro 2011).

Putnam (2010) contribui para esse debate por meio de sua teoria do jogo de dois níveis. Para o autor, as relações internacionais estavam inseridas em uma lógica dialética, na qual haveria a necessidade de um equilíbrio entre os dois níveis da política: de um lado, estaria o nível nacional, onde grupos domésticos, para atingir seus interesses, pressionam o governo e constroem coligações favoráveis a seus objetivos; do outro lado, estaria o nível internacional, no qual os governos precisariam, ao mesmo tempo, maximizar sua capacidade de negociação e agir para atender às demandas internas. Dessa forma, existiria uma interação contínua entre os dois níveis, a qual geral, por sua vez, uma interdependência entre eles.

Segundo Hill (2003), os responsáveis pela condução da política externa também precisam conciliar demandas diferentes ao mesmo tempo. No âmbito internacional, além dos atores estatais, existem atores transnacionais com interesses distintos, os quais devem ser avaliados e considerados em processos de tomada de decisão. Além disso, de forma mais direta, devem levadas em consideração as repercussões sobre os cidadãos dentro do próprio país, sobre os quais existe uma responsabilidade formal.

Existem casos nos quais uma decisão, ainda que seja vista como uma ação sobre o âmbito externo, possui consequências internas. É o caso de ações financeiras, sociais e de equilíbrio político. Em outras situações, decisões podem ser tomadas a partir de um cálculo misto de política interna e externa. Outra possibilidade recorrente é a de que atos de política externa possuam o objetivo principal de ter um efeito de propaganda interna (DUROSELLE, 2000). Estas perspectivas tornam possível o desenvolvimento de uma análise que considere atores não estatais – no caso da presente pesquisa, partidos políticos – em diferentes esferas de atuação: domesticamente e externamente.

Diante da existência cada vez mais visível de atores transnacionais, a compreensão de Putnam de que a influência de atores não-governamentais no cenário internacional se daria apenas de forma indireta – isto é, por meio da “filtragem” feita pelo governo central – limita as contribuições do modelo de jogos de dois níveis, segundo autoras como Keck e Sikkink (1998), Sikkink (1998, p. 5), Della Porta e Kriese (1999). O crescimento da visibilidade de atores transnacionais incentivou a reflexão sobre a interação entre atores de vários níveis da política: nível doméstico, nível internacional e nível transnacional. Tais estudos se beneficiaram das contribuições sobre atores transnacionais inicialmente proposto por Keohane e Nye (1971), porém expandem a definição de atores transnacionais para além organizações econômicas e instituições internacionais. Em diálogo com o construtivismo, admitem que organizações internacionais não-governamentais, movimentos sociais, coalizões, redes, entre outros, também contribuem para a difusão de ideias e valores no sistema, que por sua vez, podem influenciar a ação de atores com acesso a mais recursos para ação política (Tarrow, 2005).

As reflexões teóricas sobre governança ou política multinível e atuação transnacional de partidos políticos são pertinentes para o presente o estudo. Tais reflexões têm origem na tentativa de compreensão do cenário europeu, marcado pela institucionalização de espaços de interação internacionais por meio da integração europeia (Marks, 1992). A atuação dos partidos políticos no âmbito da União Europeia incentiva tais estudos, que procuraram compreender as condições para atuação de partidos nesse cenário. Além dos chamados “partidos transnacionais” (Neto, 2013), tais estudos se voltam para os chamados grupos ou redes partidárias transnacionais.

Os estudos sobre as chamadas “redes partidárias transnacionais” partem do conceito de redes de interações sociais para refletir sobre as conexões entre partidos além-fronteiras. Segundo Wolkenstein (2020, p. 131), o conceito se aplica uma vez que aborda as interações transnacionais entre membros das elites partidárias que se regularizam ou mesmo se institucionalizam. No que diz respeito às suas funções, as redes partidárias transnacionais se assemelham com as chamadas redes ativistas e/ou militantes, uma vez que são, antes de

tudo, redes sociais. As redes ativistas removem barreiras para a mobilização, mobilizam recursos e reafirmam identidades, além de funcionarem enquanto um suporte para ligações sociais indispensáveis para construção de solidariedades indispensáveis para a ação coletiva (McAdam, Doug e Paulsem, 1993; Mische, 2003).

Em seu estudo sobre as redes partidárias transnacionais cristãs, Wolkenstein verificou que tais redes permitem ações não disponíveis com os recursos domésticos. Isto é, removem barreiras e mobilizam recursos:

Na medida em que a coordenação partidária transnacional em rede é sobre a implementação de objetivos políticos, ela pode ser aproveitada para realizar objetivos que estados isolados não podem alcançar por conta própria - por exemplo, ajudando os partidos nacionais a sincronizarem suas ações e atividades de uma forma que lhes permita executar tarefas maiores (...) Os partidos nacionais que formam a rede podem simplesmente não ter os meios para traduzir seus objetivos comuns diretamente em decisões, por exemplo, porque não estão no governo em seus respectivos estados. As redes partidárias transnacionais podem contribuir para resolver esses problemas, na medida em que fornecem plataformas para o diálogo transnacional com o objetivo de conceber estratégias comuns para ganhar poder no futuro e / ou desenvolver uma visão compartilhada que todos os partidos nacionais defendem (Wolkenstein, 2020, p.131-132).

No caso dos partidos europeus, elas são capazes de mobilizar recursos de duas formas. Em primeiro lugar, preparam os partidos para superar os desafios impostos a atuação no nível internacional e transnacional, a chamada função preparatória. Em segundo lugar, contam com a função executiva, uma vez que contribuem com “a implementação cooperativa de projetos compartilhados entre os Estados-Nação” (Wolkenstein, 2020, p.134-136). É importante destacar que tal regularidade é incentivada pelo tipo de governança adotado no âmbito da União Europeia, projetando os partidos políticos para além do Estado-Nação com o objetivo de encontrar soluções para problemas que se tornaram mais compartilhados à medida que a integração europeia avançou. De toda maneira, parece evidente que sem a regularidade garantida pelas redes partidárias, não seria possível construir solidariedades que permitem ações e reações coordenadas estratégias em tempos de crise ou intensos desafios políticos, tanto em nível doméstico quanto nos demais níveis. Para o autor, um exemplo de ação coordenada pode ser encontrado no “manifesto de Bruges”:

Por exemplo, antes do congresso do NEI de 1954 em Bruges, que culminou na aprovação do "Manifesto de Bruges", que delineou o projeto democrata-cristão de um mercado comum europeu, o político social cristão belga Robert Houben, na qualidade de relator do congresso de Bruges, desenvolveu um questionário detalhado sobre questões de integração econômica europeia que ele enviou a cada ramo nacional (...). As respostas fornecidas pelos representantes dos partidos nacionais - enquanto cidadãos de Estados-nação europeus - serviram, por sua vez, como base para as deliberações no congresso, onde os participantes também se dirigiram uns aos outros como membros de uma futura ordem política europeia que transcende os Estados-nação individuais" (2020, p.134)

O exemplo demonstra que a regularidade das relações entre os membros das elites partidárias permite concretizar diferentes formas de diálogos e trocas em nível transnacional.

Por sua vez, tais trocas em nível transnacional permitem a construção de solidariedade e convergências ideológicas que transcendem as intenções particulares de cada Estado-Nação de origem dos partidos (Wolkenstein, 2020).

No caso analisado pelo estudo em questão, é preciso levar em conta as condições diferenciadas para a atuação de partidos em nível transnacional e internacional, marcado pelo alto grau de institucionalização da União Europeia. As interações que envolvem atores transnacionais menos institucionalizadas permanecem em um campo pouco explorado nas Relações Internacionais. É o caso das redes partidárias na América Latina. No presente artigo nos perguntamos especificamente sobre o grau de convergência ideológica entre os partidos das redes partidárias aqui destacadas.

Pretende-se oferecer um primeiro olhar para a noção de que determinados partidos políticos criam redes transnacionais e, portanto, envolvem elites partidárias com atuação transnacional. Os próprios partidos, assim, atuam no ambiente externo com objetivos que podem ser pressupostos, a partir da discussão teórica, como a construção de legitimidade internacional e doméstica para suas lideranças, inclusive em termos de intercâmbio de proposições políticas-ideológicas que usufruam de reconhecimento nestes dois níveis de atuação. Como organizações de caráter permanente e institucionalizadas, as associações internacionais de partidos políticos podem se constituir como fórum internacional para atores (elites) e agrupamentos (partidos) normalmente compreendidos como estritamente nacionais, habilitando-os à atuação transnacional. Por serem funcionalmente atribuídos da interconexão entre o Estado e a sociedade, os partidos políticos com atuação transnacional e as associações internacionais das quais participam podem oferecer uma abertura de pesquisa relevante para compreensão das relações entre dinâmicas políticas externas e internas aos países da América Latina.

3. Casos analisados e da estratégia metodológica empregada

A pesquisa emprega uma estratégia quantitativa por meio de estatística descritiva. Os países estudados são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. A unidade de análise é o programa presidencial apresentado por candidato presidencial no período de 2000 e 2015 (155 unidades). Cada programa de governo é atribuído exclusivamente ao partido político que patrocinou a candidatura presidencial (excluindo-se o partido do vice ou da coligação, caso existente).

Tomar a ideologia de um partido político por meio da análise do programa de governo apresentado em eleição presidencial é prática bem assentada na literatura especializada, o

que permite analisar mudanças ideológicas ao longo de determinado período entre diferentes países (Klingemann, Hofferbert e Budge, 1994). O banco de dados empregado para análise da ideologia dos programas de governo foi apresentado em recentes publicações (Oliveira, 2019, 2020).

Nesta pesquisa empregam-se duas categorias de análise da ideologia programática presente nos planos de governo. A primeira diz respeito às regras do Consenso de Washington (CW), transformadas no contexto da América Latina em diretrizes de política econômica e pontos relevantes no discurso político (Oliveira, 2020). A segunda responde a um grupo de noções e princípios que podem ser aproximados à noção de Pós-Neoliberalismo (PN). Ressalva-se, contudo que enquanto diretivas de política econômica as visões pós-neoliberais não usufruem (sequer) o mesmo nível de articulação no plano internacional do que o reparado pela discussão matizada em torno do CW. O quadro abaixo apresenta o contraponto entre o CW e o PN, como considerado na implementação da pesquisa.

Quadro 1 – Categorias de Análise dos Programas de Governo

| Variáveis Consenso de Washington (CW) | Variáveis Pós-Neoliberalismo (PN) |
|---------------------------------------|------------------------------------|
| 1. Disciplina Fiscal | 1. Rejeição de Superávit Primário |
| 2. Redução do Gasto Público | 2. Gasto Público Contracíclico |
| 3. Reforma Tributária | 3. Progressividade Tributária |
| 4. Autonomia do Banco Central | 4. Revisão dos Contratos da Dívida |
| 5. Câmbio de Mercado | 5. Intervenção Cambial |
| 6. Abertura Comercial | 6. Anti-Imperialismo |
| 7. Investimento Externo Direto | 7. Mercado Interno |
| 8. Privatização | 8. Nacionalização |
| 9. Desregulamentação | 9. Regulamentação |
| 10. Propriedade Privada | 10. Reforma Agrária |
| 11. Controle da Inflação | 11. Planejamento Econômico Central |

Elaboração própria.

Após a análise de conteúdo, foram geradas duas medidas de análise, T.CW e T.PN, com variação entre 0 (zero) e 1 (um). Indicam a ausência de qualquer asserção relacionada ao CW ou ao PN no programa de governo (zero) ou a presença de asserções implicadas em todas as 11 regras do CW ou do PN. Uma terceira variável corresponde a uma medida de posicionamento ideológico unidimensional esquerda-direita (I.IDEO) com variação entre -1 (um negativo) e 1 (um positivo), composta para cada caso por $I.IDEO = T.CW - T.PN$.

Pode-se especular que as associações internacionais representam manifestações dos partidos a respeito de suas identidades, ou do que consideram ser suas identidades ideológicas frente aos partidos competidores em nível nacional. De fato, a distinção ideológica entre as cinco associações internacionais referidas fornece uma matriz de famílias ideológicas nas quais os partidos podem buscar ser reconhecidos no plano internacional, assim como no doméstico. Sinteticamente, uma breve introdução à visão ideológica das cinco associações internacionais de partidos pode ser esboçada a partir de seus documentos de fundação ou declarações de princípios.

- a. Foro de São Paulo (FSP) é uma organização latino-americana fundada em 1990 por partidos propostos a renovar seus “projetos de esquerda e socialistas”, conforme afirma a primeira declaração da organização.
- b. Internacional Socialista (IS) é uma organização que congrega partidos social-democráticos, socialistas e trabalhistas ao redor do mundo, com o objetivo de fomentar os valores da liberdade, justiça social e solidariedade.
- c. Organização Democrata Cristã da América (ODCA) manifesta o humanismo cristão como princípio de desenvolvimento da pessoa humana, buscando congrega partidos populares, centristas e afins com base nestes valores.
- d. União de Partidos Latinomarianos (UPLA) é o órgão regional da International Democrat Union e declara-se como associação de partidos de centro-direita interessados na defesa da liberdade, da democracia e da promoção de políticas liberais.
- e. Internacional Liberal (IL) é uma organização mundial de partidos liberais que busca promover, conforme sua primeira declaração em 1946, a liberdade pessoal, política e econômica.

O pertencimento de uma agremiação política à uma associação internacional foi tomado conforme relações presentes nos sítios oficiais das referidas associações na internet. Alguns partidos possuem duas associações, especialmente nos grupos FSP/IS e ODCA/UPLA. Isto é compreensível na medida em que, conforme a descrição acima, estas associações buscam organizar setores ideologicamente próximos. No conjunto de 78 partidos com ao menos um programa de governo incluído na análise, 26 não possuíam filiação à associação internacional, 11 eram associados ao FSP, 10 à UPLA, 9 à ODCA, 9 à IS e 5 à IL. Além disso, 6 partidos apresentaram dupla associação à IS e FSP; 2 à UPLA e ODCA.

A unidade do caso de investigação é o programa de governo de candidatura presidencial. Ao todo, são considerados 155 candidaturas presidenciais, apresentadas pelos 78 partidos referidos. O quadro abaixo abre o dado de filiação internacional do partido patrocinador de candidatura presidencial, identificando de acordo com os 16 países estudados.

Tabela 1 – Número de programas de governo analisados por país e associação internacional de partidos políticos, América Latina, 2000-2015.

| País | Total | Sem Associação | IL | UPLA | ODCA | IS | FSP | IS e FSP | UPLA e ODCA |
|-------------|-------|----------------|----|------|------|----|-----|----------|-------------|
| Argentina | 10 | 1 | 0 | 1 | 6 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Bolívia | 11 | 3 | 0 | 3 | 1 | 0 | 4 | 0 | 0 |
| Brasil | 15 | 3 | 0 | 0 | 5 | 0 | 7 | 0 | 0 |
| Chile | 13 | 2 | 0 | 5 | 3 | 1 | 0 | 2 | 0 |
| Colômbia | 15 | 5 | 2 | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 | 2 |
| Costa Rica | 11 | 3 | 2 | 0 | 1 | 4 | 1 | 0 | 0 |
| El Salvador | 6 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| Equador | 10 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| Guatemala | 6 | 4 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| México | 9 | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 | 0 | 3 | 0 |
| Nicarágua | 7 | 1 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |

| | | | | | | | | | |
|-----------------|-----|----|---|----|----|----|----|----|---|
| Panama | 7 | 1 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 |
| Peru | 9 | 3 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Pep. Dominicana | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 4 | 0 | 0 |
| Uruguai | 11 | 3 | 0 | 0 | 4 | 0 | 4 | 0 | 0 |
| Venezuela | 9 | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5 | 0 | 0 |
| Total | 155 | 39 | 9 | 16 | 23 | 16 | 33 | 15 | 4 |

Elaboração própria.

Percebe-se que a distribuição de filiação internacional não é uniforme entre os diferentes países. Outra questão refere-se ao fato de que não é possível supor que o conjunto das variáveis da análise de conteúdo acima descrita seja um bom preditor para avaliação ideológica em todos os casos estudados. Assim, optou-se por discriminar os programas de governo que não contém uma presença mínima de 20% dentre as regras do CW e do PN.

Tabela 2 – Programas de governo por Associação Internacional, América Latina, 2000-2015.

| | Casos | Programáticos |
|----------------|-------|---------------|
| Sem Associação | 39 | 82% |
| IL | 9 | 77% |
| UPLA | 16 | 81% |
| ODCA | 23 | 96% |
| UPLA e ODCA | 4 | 75% |
| IS | 16 | 88% |
| FSP | 33 | 94% |
| IS e FSP | 15 | 93% |
| Total | 155 | 83% (136) |

Elaboração própria.

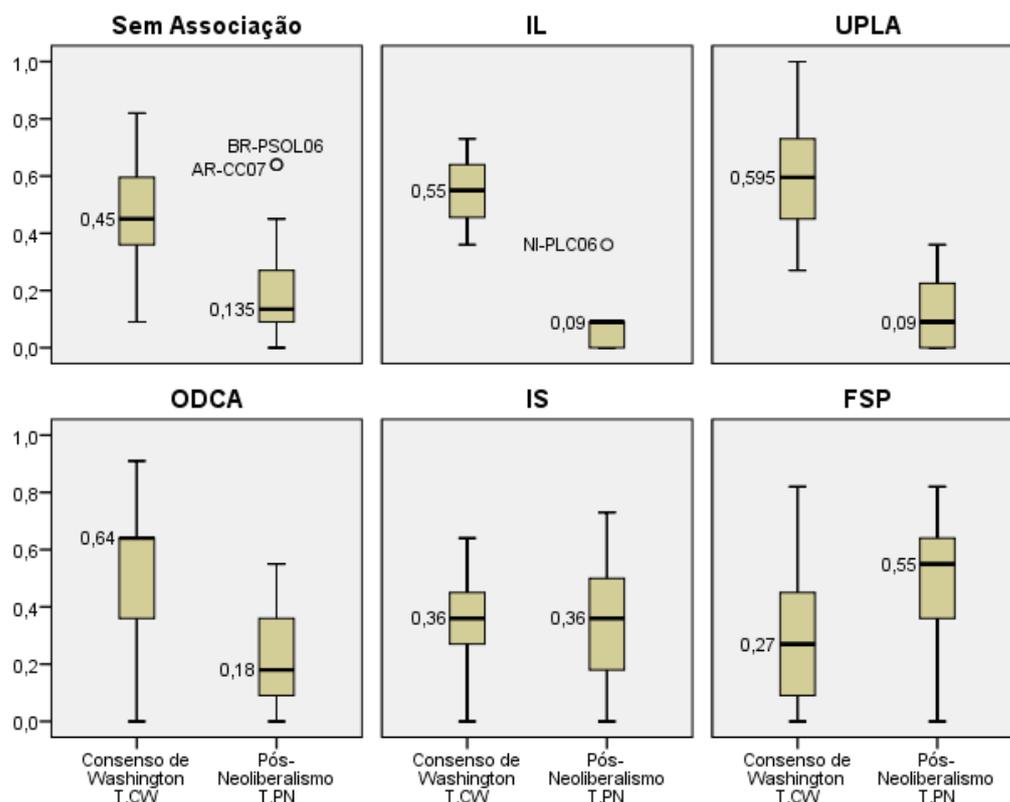
Os programas que não ultrapassaram esse limiar foram considerados “não programáticos” e excluídos das próximas etapas da análise (por insuficiência do instrumental de análise). O quadro acima identifica o quantitativo total de documentos e o percentual dos programáticos por filiação à associação internacional do partido patrocinador da candidatura presidencial. Repara-se que alguns partidos possuem dupla associação.

4. Principais resultados obtidos e discussão

As associações internacionais às quais pertencem grande parte dos partidos da América Latina que atuaram nas eleições presidenciais entre 2000 e 2015 oferecem um preditor significativo das diferenças ideológicas existentes entre as agremiações, no escopo das disputas políticas domésticas. As diferenças ideológicas entre os partidos filiados a cada associação são bastante claras. A figura abaixo apresenta a posição mediana e a variação do indicador de adesão ao Consenso de Washington (T.CW) e do indicador de adesão ao Pós-Neoliberalismo (T.PN) para os programas de governo, de acordo com a associação

internacional de filiação do partido político promotor da candidatura presidencial (ou sem sem associação internacional).

Figura 1 – Presença do Consenso de Washington (T.CW) e do Pós-Neoliberalismo (T.PN) nos programas de governo presidenciais, por associação internacional de filiação do partido político da candidatura presidencial, América Latina, 2000-2015.



Elaboração própria.

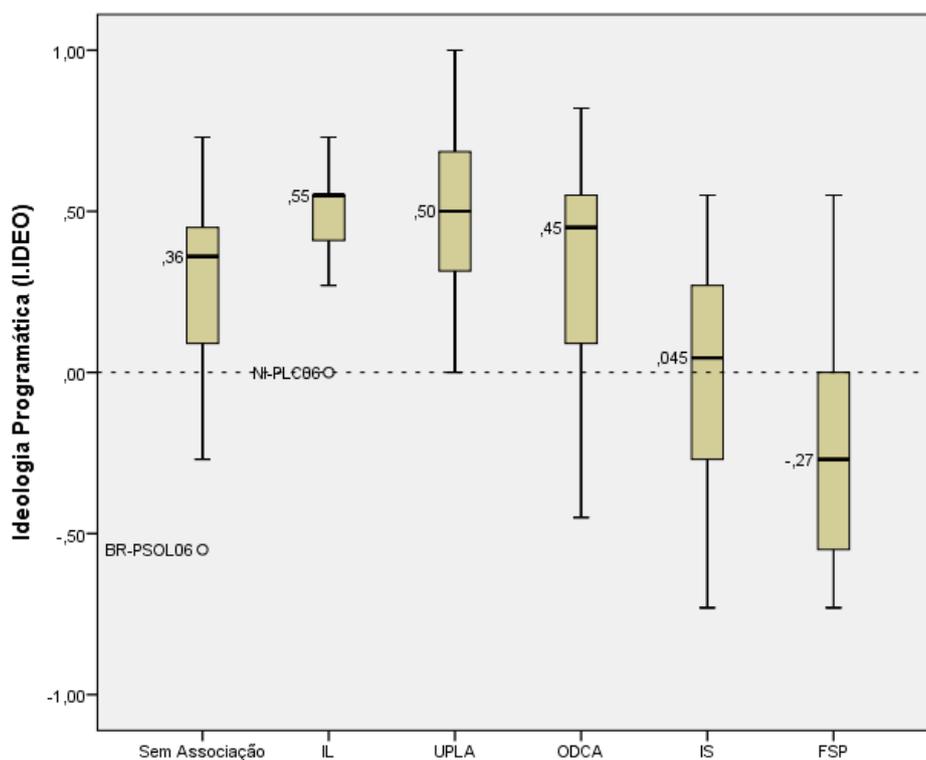
De forma coerente com as expectativas, IL e UPLA apresentam medianas relativamente elevadas para adesão ao CW e, principalmente, valores muito baixos de adesão ao PN. Nestas duas associações repara-se maior divergência entre as medianas dos indicadores CW e PN. Os programas de partidos ligados a OCDA seguem essa lógica, embora operem com maior presença mediana de PN, ainda assim bastante baixa. A elevada amplitude da variação na adesão ao CW dentre os programas ligados à OCDA permite inferir a diversidade ideológica, embora com uma presença assimétrica forte de programas com alta adesão ao CW. Os programas de partidos sem associação internacional assemelham-se, no conjunto, aos da OCDA – embora com presença mediana inferior de regras do CW em seus programas. O conjunto dos casos incluídos nestes grupos (IL, UPLA, OCDA e sem associação) apresentam maior enfática preferência pelo conteúdo do CW frente ao PN.

O mesmo não ocorre com os programas de partidos filiados às duas associações remanescentes, IS e FSP. A primeira apresenta posições bastante próximas nos indicadores

de CW e PN, com uma variação um pouco mais importante no segundo. Os programas de partidos ligados ao FSP são os únicos nos quais, em grupo, apresentam mediana de PN superior à de CW. Embora as amplitudes nos dois indicadores sejam igualmente abrangentes, destaca-se a concentração de programas com CW em nível inferior e, PN, em nível relativamente superior. A análise gráfica supra permite inferir que o pertencimento à IL ou à UPLA pode ser tomado como garantia de adesão superior a cerca de 30% das diretrizes do CW, bem como ampla rejeição do PN.

A próxima figura apresenta o dado para ideologia programática (I.IDEO) em cada associação internacional de partidos.

Figura 2 – Posição no índice de ideologia programática (I.IDEO) dos programas de governo presidenciais, por associação internacional de filiação do partido político da candidatura presidencial, América Latina, 2000-2015.



Elaboração própria.

Como o esperado, o pertencimento às diferentes associações internacionais de partidos políticos atua como preditor e diferenciador da ideologia programática dos programas de governo presidenciais na América Latina dos anos 2000. O FSP é o único grupo que apresenta mediana negativa (-0,27). Não apenas a mediana, mas cerca de 75% dos programas de governo lançados por partidos do FSP apresentaram uma ideologia programática com maior presença do PN em relação ao CW. O grupo de programas

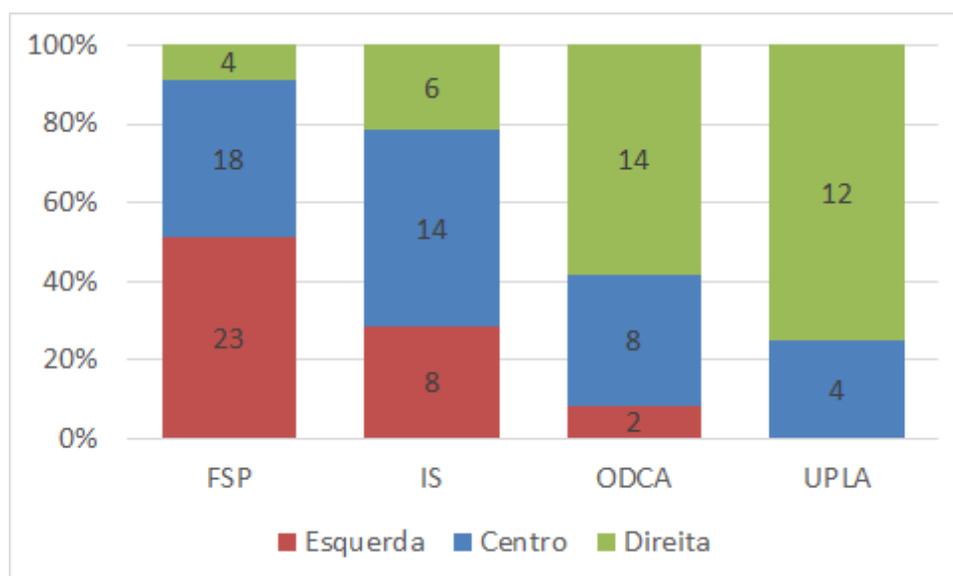
partidários ligados à IS possui uma mediana próxima do zero (0,04) e concentração de casos entre as margens dos primeiros quartos de cada margem de marcação ideológica.

A ODCA apresenta claro domínio de programas com superioridade das ênfases do CW, com mais de 75% dos documentos com I.IDEO positivo e uma mediana de 0,45. Em nenhum plano de governo patrocinado por partido associado à UPLA ou à IL o conteúdo de PN foi superior ao do CW. De forma interessante, os programas da UPLA se distribuem normalmente no quadrante positivo do índice de ideologia programática, com mediana de 0,50. Por fim os programas de partidos se associação internacional igualmente tendem a se concentrar no campo positivo, de primazia do CW sobre o PN.

Para avaliar se existe coerência entre o posicionamento ideológico e o pertencimento às associações internacionais, os documentos estudados foram divididos em três grupos: esquerda, centro e direita. Além de excluir os documentos não programáticos do conjunto, também foram excluídos os ligados à IL (por baixo número de casos) e os que não possuem associação. Os 96 casos remanescentes foram divididos de acordo com o I.IDEO em três agrupamentos que se estabilizaram após a quarta interação (K-médias, SPSS) com medianas em -0,47 (esquerda, 25 casos), 0,5 (centro, 37 casos) e 0,55 (direita, 34 casos).

Os programas pertencentes aos três agrupamentos foram relacionados com as quatro associações estudadas: FSP, IS, ODCA e UPLA. A figura abaixo apresenta o intuitivo resultado da análise.

Figura 3 - Associação Internacional de Partidos Políticos e Orientação Ideológica, América Latina, 2000-2015.



Elaboração própria. Chi-Quadrado de Pearson 40,57 significativo ao nível de $p < 0,001$, com Phi 0,59 e V de Cramer 0,42 (ambos significativos no nível de $p < 0,001$).

Existe diferença significativa entre o posicionamento ideológico dos programas de governo das candidaturas presidenciais da América Latina, de acordo com o pertencimento do partido patrocinador da candidatura a uma determinada associação internacional. O pertencimento ao FSP é um preditor para um programa de governo à esquerda da média dos casos analisados. Apenas quatro programas de governo são, ao mesmo tempo, no grupo empírico identificado como “direita” e de um candidato vinculado a partido político membro do FSP. Deve-se salientar que os casos de programas de “esquerda” na IS são de programas de partidos com dupla filiação internacional, conjuntamente ao FSP. De qualquer forma, os associados à IS apresentam programas majoritariamente no “centro” ideológico. OCDA e UPLA são associações internacionais cujos programas de governo são majoritariamente enquadráveis como de “direita”. Desses, a UPLA concentra um número proporcionalmente maior dos programas de “direita”, com ausência de programas do campo de “esquerda”.

Conclusão

Em seu desenvolvimento, a comunicação apresenta quais proposições de políticas públicas são mais frequentes nos programas de governos relacionados às diferentes associações internacionais de partidos. Permite, assim, uma abertura para investigar as relações que os partidos desenvolvem entre si em nível internacional e as possíveis influências recíprocas em termos de formulação de políticas públicas. Ao lado de outros fóruns e instituições multilaterais e do sistema internacional capazes de influenciar a agenda doméstica, o eventual papel das associações que organizam a interação internacional dos partidos políticos está por ser averiguado com mais nitidez. A circunstância específica da onda rosa parece propícia para essa investigação. Não se ignora, contudo, outras formas de estruturação internacional de movimentos políticos em bases programáticas-ideológicas, que podem estar presentes na emergência da onda rosa, assim como na atual guinada conservadora.

Demonstra-se a existência de coerência ideológica nas plataformas eleitorais de candidatos cujos partidos se filiam a diferentes organizações internacionais, ainda que tal circunstância possa ser objeto de outros esforços analíticos. Esta pista empírica parece ser interessante, abrindo caminho para a hipótese de uma possível relação de aprendizado ou disseminação de conteúdo programático-ideológico em nível internacional na América Latina.

Cabe a pergunta: as associações internacionais de partidos políticos na América Latina – ou algumas delas – efetivamente se constituem como redes internacionais e é possível identificar a atuação transnacional de organizações partidárias e de elites a elas atreladas? As transformações políticas domésticas e externas causadas por ciclos ideológicos

(como a Onda Rosa da América Latina) são, geralmente, atribuídas ao compartilhamento de determinadas pré-condições econômicas e sociais. Uma eventual resposta positiva para a questão proposta traria a necessidade de desenvolver uma compreensão mais acurada sobre o papel das associações internacionais de partidos políticos latino-americanos e a agência partidária transnacional em processos de mudanças ideológicas continentais.

Referências Bibliográficas

AYERVE, Patricio Haro. El Foro de Sao Paulo vs. La Cumbre Conservadora De Las Américas: por la Nueva Configuración Del Poder. X Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, Asociación Latinoamericana de Ciencias Políticas (ALACIP), Monterrey, agosto de 2019. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/54-haro-19.pdf>

DELLA PORTA, D.; KRIESI, H. Social movements in a globalizing world: an introduction. In: DELLA PORTA, D.; KRIESI, H.; RUCHT, D. (Eds.). **Social movements in a globalizing world: an introduction**. New York Macmillan, p.3-23.

SIKKINK, K. Patterns of Dynamic multilevel Governance na the insider-outsider coalition. In: DELLA PORTA, D.; TARROW, S. (Eds.) **Transnational protest and global activism: people, passions and power**. Oxford: 2005.

DEMURU, Paolo. Caos, teorias da conspiração e pandemia. *Acta Semiotica*, v. 1, 2021.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**. Brasília: Editora da UnB, 2000.

FINNEMORE, Martha. *National Interests in International Society*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

FRANCO, Yuri Soares. A influência do foro de São Paulo nas estratégias políticas das esquerdas latino-americanas (1990-2019). 2020. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40506>.

HILL, Christopher. **The changing politics of foreign policy**. Palgrave: Londres, 2003.

KECK, M; SIKKINK, K. *Activists beyond borders: Advocay networks in international politics*. Cornell: 2008.

KLINGEMANN, Hans-Dieter. HOFFERBERT, Richard I. BUDGE, Ian. *Parties, Policies, and Democracy*. Boulder, San Francisco, Oxford: Westview, 1994.

KOSTIUK, Ruslán B. Foro de São Paulo: Internacional Unido De Izquierda Del Siglo XXI. *Iberoamérica*, n. 4, 2019.

LOPEZ BURIAN, Camilo; SILVA, Rodinei Tarciano. El discurso político partidario sobre la política exterior en Brasil y Uruguay (2003-2014). *Rev. Urug. Cienc. Polít.*, Montevideo, v. 24, p. 67-84, 2015.

MARKS, G. Structural Policy in the European Community. In: SBRAGIA, A., (ed.) **Europolitics. Institutions and policymaking in the new European Community**. Brookings Institute, Washington DC: 1992

McADAM, Doug e PAULSEN, Ronnelle. Specifying the relationship between social ties and activism. In: **American Journal of Sociology**, v. 99, n. 3, 1993.

MISCHE, Ann. Cross-talk in movements: Reconceiving the Culture-Network Link. In: DIANI, Mario e McADAM, Doug (ed.). **Social Movements and Networks**: relational approaches to collective action. New York: Oxford university press, 2003, p. 259-260.

NYE, Joseph S.; KEOHANE, Robert O. **Transnational Relations and World Politics**: an Introduction. *International Organization*, Madison, v. 25, n. 3, p. 329-349, 1971.

MELO, Ricardo Abreu de. O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015). 2016. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.84.2019.tde-25092019-171659.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, 2017.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira: A Política das Práticas e as Práticas da Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

NAFALSKI, Guilherme Pedroso Nascimento. Ativismo partidário internacional como forma de intervir nas relações inter-estatais: algumas influências na construção da união de nações sul-americanas (Unasul). 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, Associação Brasileira de Relações Internacionais. 2011. São Paulo. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000200019&lng=en&nrm=abn>.

NAFALSKI, Guilherme Pedroso Nascimento. Ativismo Partidário Internacional e um Resultado Político na Integração Sul-Americana. *Revista Pensamento & Realidade*, v. 27, nº 4, 2012.

NETO, Octávio Forti. Partidos Políticos Transnacionais: Elementos para uma possível definição. 4º Encontro Nacional ABRI 2013, Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2013. Belo Horizonte. Disponível em: http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/download/1381320088_ARQUIVO_PARTIDOSPOLITICOSTRASNACIONAIS-ELEMENTOSPARAUMAPOSSIVELDEFINICAO-OctavioForti.pdf.

NOVICHKOVA, Anna. Assessing the role of the São Paulo Forum in Brazilian foreign policy. A neoclassical realist perspective. Dissertação (mestrado no Department of International Relations) Charles University, Praga, 2019. Disponível em: <https://dspace.cuni.cz/bitstream/handle/20.500.11956/95028/120290176.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte de. Organização e Ideologia nos Partidos da América Latina: uma Aproximação da Hipótese de Michels. *Dados*, v. 62, n. 1, 2019.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte de. Neoliberalismo durável: o Consenso de Washington na Onda Rosa Latino-Americana. *Opinião Pública*, v. 26, n. 1, 2020.

ONUKEI, Janina; RIBEIRO, Pedro Feliú; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Political parties, foreign policy and ideology: Argentina and Chile in comparative perspective. *Braz. political sci. rev.* Rio de Janeiro, v. 4, 2009.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, 2010.

RUCKERT, A.; MACDONALD, L.; PROULX, K. "Post-neoliberalism in Latin America: a conceptual review". *Third World Quarterly*, vol. 38, nº 7, p. 1.583-1.602, 2017.

RUIVO, Mariana Maia; ALMEIDA, Giordano Sousa de; TOLEDO, Sara. O Foro de São Paulo e a Política Externa do Partido dos Trabalhadores: convergências ou divergências nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. *REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, v. 6, nº 2, 2016.

SILVA, Gabriella Nunes da. "Política externa brasileira e direitos humanos: a influência de novos atores domésticos durante os governos FHC, Lula e Dilma Rousseff". In: *6º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais*, 6, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2017.

WOLKENSTEIN, Fabio. Transnational partisan networks and constituent power in the EU. *Constellations*. Volume 27, Issue 1, March 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-8675.12422>

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of It. *International Organization*, v. 46, n. 2, 1992.